

Enlace 40

Instituições político-jurídicas, subjetividades, identidades de gênero e processos transexualizadores

A diversidade de identidades de gênero que circulam nos espaços institucionais e, ao mesmo tempo, o despreparo das instituições para lidar com o diferente tem nos levado a fazer reflexões sobre a norma, o sistema jurídico, as categorias de gênero e as subjetividades. As novas teorias feministas trabalham no sentido de desconstruir a ideia binária de gênero e colocam variadas maneiras de entender essa questão, desde Butler, com a teoria performativa, até Preciado, com o a contrassexualidade e Haraway, com o conceito de corpo *cyborg*, sempre transformável. Paralelo a isso, temos movimentos sociais trans reivindicando direitos relacionados à diversidade, como a mudança do nome civil e do sexo no registro, a formação de famílias trans com acesso a direitos reprodutivos e o uso do nome social. O reconhecimento das identidades trans no campo do direito tem se dado de modo difuso e, quase sempre distante das leis. Com a ausência do legislativo nessas questões, a administração de alguns setores, principalmente educação e saúde, começaram a operacionalizar a concretização desses direitos por meio de atos normativos administrativos, como resoluções, portarias e etc. Ao que tudo indica, os direitos trans ainda seguem a lógica da marginalidade, pois demandam processos judiciais e políticos longos e custosos, ainda que as possibilidades concretas de mudança formal (de nome, sexo e até de reprodução) tenham avançado nas vias administrativas e judiciária. Pensando na militância, o movimento de reconhecimento de direitos e a prática trans (que estamos significando como o processo transexualizador e como as pessoas passam por esse processo) observamos que as teorias *queers* compõem as bases teóricas dessas transformações que aparecem nos discursos dos movimentos sociais e na abertura para o pensamento sobre pluralidades trans na academia. No entanto, ainda os processos de transição parecem misturar estereótipos binários com vivências *queers*. Nesse sentido, a proposta deste Enlace Temático é a de pensar o reconhecimento de direitos trans, frente à

militância e trocar experiências e vivências neste campo. Abrimos então, a possibilidade de apresentação de textos direcionados a essa temática, contemplando também as discussões teóricas e relatos de experiências que nos ajudem a pensar as situações colocadas na área dos estudos de gênero e direito, no que se refere especificamente à transexualidade.